humanitas

Vol. XXV-XXVI

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA COIMBRA UNIVERSITY PRESS

HVMANITAS

VOLS. XXV E XXVI



COIMBRA MCMLXXIII-IV



III — sufixo de nomes de instrumento $-\tau \eta \rho i \sigma v$; IV — sufixos para a formação de adjectivos em $-\sigma \epsilon i \delta \eta \varsigma$ e $-\omega \delta \eta \varsigma$.

Os propósitos enunciados na introdução encontram a sua justificação nas conclusões; mas a demonstração reside no material apresentado e ordenado ao longo do trabalho. E esta é, com certeza, sua parte mais valiosa.

J. A. Osório

CATALDO PARÍSIO SÍCULO — Martinho, Verdadeiro Salomão. Prólogo, tradução e notas de Dulce da Cruz Vieira. Introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos. Coimbra 1974, 161 pp.

CATALDO PARÍSIO SÍCULO — **Duas Orações**. Prólogo, tradução e notas de Maria Margarida Brandão Gomes da Silva. Introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra 1974, 150 pp.

Em 1974 fez o Professor Américo da Costa Ramalho vir a público dois volumes que contêm textos de Cataldo Parísio Sículo. O interesse deste Professor de Coimbra pela obra latina deixada por este humanista em Portugal, e cuja primeira edição é um dos incunábulos da tipografia portuguesa, é já antigo. A sua estadia na América do Norte, em contacto com o que ali se tem acumulado de documentação preciosa respeitante ao Humanismo renascentista peninsular, deve ter feito sentir nele a necessidade de enveredar por uma exploração sistematizada de um corpus ainda pouco utilizado pela investigação. Do que foi obtendo resultaram vários estudos que, com outros, vieram a ser incluídos nos seus Estudos sobre a Época do Renascimento, Coimbra 1969, onde Cataldo ocupa um lugar importante.

Na mesma linha de actividade, orientou várias teses e monografias sobre Cataldo; os dois volumes agora postos a lume são um dos frutos desta actividade. Ambos valem tanto pela apresentação histórico-documental de que aquele Professor os faz preceder, como pelo prólogo, texto e respectiva tradução das autoras, que assim tornaram acessível à investigação moderna, que pretenda debruçar-se sobre a cultura portuguesa da passagem do séc. xv para o séc. xvi, importantes instrumentos de trabalho.

O primeiro dos volumes indicados vem enriquecido por um texto precioso: um trecho do *De Platano*, que Costa Ramalho apresenta e traduz. O *De Platano* foi escrito por João Rodrigues de Sá de Meneses, fidalgo que manteve relações com

as principais figuras da cultura humanista portuguesa, sobretudo com aquelas que mais intimamente estavam em contacto com os meios europeus. Mercê dos dados fornecidos por textos como o presente, talvez um dia se possa fazer uma ideia mais completa e precisa dos círculos humanistas portugueses do princípio do séc. xvI; e pode acontecer que se venha a verificar que o chamado primeiro humanismo português foi predominantemente um movimento que alastrou por certos sectores da aristocracia, em especial aquela que contactava com os centros culturais da Europa. O mesmo João Rodrigues de Sá nos aparece na colectânea epistolar de Lovaina (1544) de Damião de Góis com uma carta dirigida a este último, ao tempo já editor da Lappianae gentis deploratio, a pedir algum livro escrito em bom latim sobre os povos da Samárcia, numa atitude de curiosidade erudita também patenteada no De Platano, reconhecida pelos contemporâneos e que tanto faz lembrar o tipo de saber documentado por Policiano no Liber Miscellaneorum.

Mas o trecho do *De Platano* assume uma importância ainda maior, mormente se o aproximarmos das *Epistolae* de Cataldo: é que nele se vislumbra a existência de um grupo de homens doutos formados já no humanismo dos primeiros anos do século pelo menos. Ora é cada vez mais sedutor verificar-se que o magistério de Cataldo Sículo, desde os últimos anos do séc. xv, ajudou a formar um ambiente já humanista entre nós, é certo que marcadamente ligado à escola italiana.

Não se põe, contudo, aqui o problema do contributo possível dos textos agora publicados na questão dos inícios do que se poderá chamar o humanismo português. As *Epistolae* de Cataldo serão, evidentemente, muito mais ricas de informes a este respeito.

Cataldo foi entre nós também um *orator* régio, situação comum a muitos outros humanistas. A sua «função» social respondia à necessidade de «ostentação» que os potentados do Renascimento sentiam em si. André Chastel caracterizou finamente este aspecto da exteriorização do «estado» e da condição dos grandes senhores, dentro de um universo de significação social de que a *festa* é outro modo de expressão. Ora um dos volumes de Cataldo publicado agora inclui duas *orationes* pronunciadas por ele nas «entradas» de Évora e de Santarém.

Não está ainda feito um estudo a fundo sobre as *festas* e, entre elas, as *entradas* portuguesas, principalmente no âmbito renascentista. Falta algo como *Les Fêtes de la Renaissance* (C.N.R.S., 1960); mas possivelmente, como sucedeu noutros locais, vir-se-ia a verificar uma continuidade grande em relação aos tempos medievais. Isso não invalidaria a pesquisa sobre a estrutura das *festas* na sociedade portuguesa já marcada pelo humanismo, para o que fatalmente terão de contribuir textos como estas *orationes*; e repare-se que o facto de um *orator* pronunciar discursos em latim no recebimento de altas figuras à entrada de duas cidades não é desprovido de sentido para a questão da implantação do humanismo entre nós.

Mas que humanismo? A pergunta, parece-nos, justifica-se pelos próprios textos de Cataldo postos a lume. As duas *orationes* estão carregadas de elementos retóricos adoptados da literatura oratória latina, como o prólogo da tradutora tem o cuidado de evidenciar também. Em momento de tão grande importância, tal ornamentação erudita contribuia, significativamente, para a função laudatória do próprio discurso; criava-se, assim, uma «sublimitas» que pretendia sublinhar a «dignitas» régia. Seria de bom ou de mau gosto? Não nos esqueçamos de que os ouvidos dos homens da época não eram insensíveis ao efeito sonoro — pelo

menos — de muitos dos nomes e das explorações prosódicas e a todo o instrumental oratório. E o facto de os cronistas, em particular Rui de Pina, não terem registado o nome de Cataldo como *orator* desses dois momentos, como é apontado na p. 39, se pode, realmente, resultar de certa animosidade, pode também ser consequência de uma outra situação. É que a função do *orator* em tais entradas não era de categoria excepcional, até porque não era ele, pessoalmente, quem se dirigia à personalidade recebida, mas toda a cidade que delegava nele, por assim dizer, as boas vindas. As exigências do género da crónica não facilitariam, talvez, a inclusão do nome de um simples *orator* ao lado dos nomes dos grandes dignatários da aristocracia. Se nos recordarmos do relato do embaixador Ochoa de Ysásaga sobre os *momos* de 1500, que I. S. Révah publicou em 1952 no *Bulletin d'Histoire du Théâtre Portugais*, sentiremos talvez melhor como os nomes são registados em função de um significado político que ultrapassa, porventura, o mero registo dos factos.

Que humanismo, perguntávamos um pouco acima. Um humanismo pelo menos demasiado ciceroniano, ao gosto italiano, mas pouco do gosto do humanismo para uso de cristãos como proporia mais tarde Desidério Erasmo. E, no entanto, a «filosofia» italiana do *Quattrocento* já se preocupara fundamente com a problemática das relações da cultura clássica, informada por conceitos ético-religiosos diferentes dos dos cristãos, e a formação destes últimos. Cataldo, porém, vindo da Itália, não parece preocupado com o assunto, nos textos agora publicados; e bem podia recordar-se do proémio do livro IV das *Elegantiae* de Lorenzo Valla ou de mais de um trecho de Policiano, autores ambos que, por haverem tentado definir a submissão do ciceronianismo à «pietas christiana», mereceram, mais tarde, o apreço de Erasmo, tão parco nos elogios aos italianos. Idêntica lição proporia, em 1534, André de Resende aos estudantes da Universidade ainda em Lisboa.

O outro volume que agora nos prende a atenção publica um dos poemas de Cataldo: Martinho, Verdadeiro Salomão. A primeira pergunta que aflora ao espírito de quem o lê centra-se sobre a razão do título: porque é que Cataldo chamou a D. Martinho de Castelo Branco «verus Salomon»? Responder a isto poderia ajudar a perspectivar o sector da tradição cultural a que o autor se refere. É certo que na nota n.º 56 da p. 92 se aponta o significado da figura lendária de Salomão, ao lado das de Nestor e de Catão. Mas gostaríamos de ver de que maneira Cataldo realiza, neste poema, e em torno de D. Martinho, o modelo salomónico, embora haja que reconhecer que, a seguir este caminho, o trabalho em questão extravasar-se-ia do âmbito concreto em que propositadamente se colocou.

Mas bem poderia o Sículo ter por trás de si a lenda de Salomão rei prudente e sábio, já utilizada na tradição italiana. Ele é a «quinta luz» que surge em Dante, *Paradiso*, X, 109 ss. (cf. A. Renaudet, *Dante Humaniste*, Paris, 1952, p. 258). Os versos 207-214 do poema de Cataldo apontam, evidentemente, para esse sentido da figura de Salomão, embora haja que acentuar a diferença de tratamento que os distingue do uso «cristão» que dele faz Erasmo em textos como a *Institutio principis christiani*, o *De pueris statim ac liberaliter instituendis* ou o colóquio *Convivium religiosum*.

Salomão corresponde, na galeria de símbolos cristãos, ao Ulisses da tradição clássica; e este é o homem de muito saber e o tipo do perfeito piloto da nau: daí a sua utilização nas alegorias representadas nos arcos triunfais em certas entradas, simbolizando o hábil e sabedor governante da «res publica» (cf. Antoinette Huon,

«Le Thème du Prince dans les Entrées parisiennes au xviº siècle», in Les Fêtes de la Renaissance, cit., t. I, p. 22). Mas Ulisses sugere uma sabedoria de expediente, digamos assim, distinta da outra sabedoria, a sapientia, que Salomão, segundo a lenda, pedira para si; aquela «perfecta sapientia» de que fala Valla no proémio do Livro IV das Elegantiae, aludindo exactamente à simbologia dos ornamentos do templo de Salomão. Desta maneira, Salomão tende a figurar como o modelo ideal do homem, e do rei, prudente (1).

Era para este significado que, com certeza, Cataldo apontava ao aplicar o epíteto de «verus Salomon» a D. Martinho, como o pretendem simbolizar os versos respeitantes ao sonho profético (vid. pp. 86-90). O tom pedagógico do poema revela-se aí e a tradutora não foi insensível a este aspecto, pois que fez incluir um capítulo sobre «Cataldo e a educação». Gostaríamos, porém, de ver acentuados com mais nitidez certos conceitos e certas linhas do pensamento humanista, marcadamente pedagógico sobretudo em terras de Itália. A referência ao *De pueris* de Erasmo, se cabe perfeitamente num contexto renascentista, parece-nos descabida no âmbito restrito de Cataldo; até pela data. Se, no entanto, se focasse o ambiente português uns anos depois da morte de Cataldo, talvez fosse interessante pesquisar o rasto do magistério do Sículo entre nós ou pelo menos em certos meios da sociedade portuguesa que, entretanto, se poderiam ter aberto a outros conhecimentos e horizontes. Mas não é o caso presente. Pela nossa parte, atrever-nos-íamos a recordar o tratado *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adulescentiae*, de Vergerio, já conhecido em Portugal antes da chegada de Cataldo.

Parece-nos que as considerações feitas permitiriam ajudar a colocar com mais rigor o problema e a levantar mais declaradamente a questão do título e da realização do projecto que ele próprio anuncia. Não que o poema seja obra esmerada — a tradutora mostra-o bem —, mas porque o poderíamos utilizar como peça de um universo de conceitos que Cataldo, evidentemente, tinha presente.

E aqui ficamos no limiar do vasto campo de utilização que a publicação de textos como estes proporciona. Há que salientar que este volume, como o anterior também, são monografias documentadas com rigor, instrumentos de trabalho fundamentais para a investigação. E esta, quando aplicada ao campo histórico, não se faz sem a realização de tarefas como as exemplificadas nestas duas publicações. Parece-nos de justiça acentuar, a finalizar, o carácter concreto, diríamos mesmo pragmático, destes trabalhos monográficos, que ainda são de certo modo excepcionais no âmbito das teses de licenciatura na Universidade portuguesa.

J. A. Osório

⁽¹⁾ É também esta a utilização que faz João de Barros no *Panegírico do rei* D. João III. ed. de Rodrigues Lapa, Sá da Costa, Lisboa, (1937), p 123.